

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

Edição nº 688

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	3
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Erratas.....	11
--------------	----



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 688

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 1186/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, a Portaria n.º 2819/2010, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível:

1º Promotor de Justiça: Processos em tramitação na 1ª Vara Cível, Defesa do Consumidor, Defesa do Patrimônio Público, Fundações e Saúde Pública, conforme o preconizado no art. 5º, incisos V, VI, XII e XIII, do Provimento n.º 12/2000, respectivamente.

2º Promotor de Justiça: Processos em tramitação na 2ª Vara Cível, Pessoas Portadoras de Deficiência, Meio Ambiente, Defesa dos Direitos do Idoso e Urbanismo e Habitação, consoante o disposto no artigo 5º, incisos III, IV, XIV e XVIII, do Provimento n.º 12/2000, respectivamente.

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 01 e 31 de maio de 2011, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de maio de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

PORTARIA N.º 1188/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, a Portaria n.º 2456/2010, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, na forma que segue:

Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul:

1º Promotor de Justiça: Júri, precatórias criminais e processos criminais pares;

2º Promotor de Justiça: Família, Sucessões e Maria da Penha;

3º Promotor de Justiça: Processos criminais ímpares, JE-Crim e Execução Criminal;

4º Promotor de Justiça: Juizado da Infância e Juventude e processos cíveis;

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 01 de maio e 27 de setembro de 2011, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de maio de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

PORTARIA N.º 1189/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, a Portaria n.º 2976/2010, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul:

Promotor de Justiça: 1ª e 2ª Vara Cíveis e matéria de Defesa do Patrimônio Público (artigo 5º, inciso VI, do Provimento n.º 12/2000);

Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul:

Promotor de Justiça: Defesa Comunitária, Cidadania e Infância e Juventude;

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 15 de maio e 14 de julho de 2011, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de maio de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PORTARIA N.º 1190/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **REDISTRIBUIR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições na Promotoria de Justiça de Cível e Especializada de São Leopoldo, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo:

2º Promotor de Justiça: 2ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis;

3º Promotor de Justiça: 3ª Vara Cível, Curadoria de Fundações e Defesa do Patrimônio Público (Improbidade Administrativa e Lesões ao Erário);

Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:

1º Promotor de Justiça: Defesa Comunitária (exceto Defesa do Patrimônio Público);

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 01 de junho e 27 de novembro de 2011, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de maio de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.



BOLETIM N.º 243/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a contar de 16 de maio de 2011, o Dr. JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER, Promotor de Justiça, ID n.º 3428427, para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 1207/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 244/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar do dia 06/05/2011, a Portaria 0356/2011, que designou LUANA PALMEIRO LENCINA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 06/05/2011 (Port. 1185/11).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 1168/2011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no Artigo 200 e seguintes da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância para apurar fatos contidos no expediente, **SPI 1268-0900/11-3**.

2. Designar os servidores **João Luiz Pinto Costa**, ID 3433226, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, como Sindicante; **Nara Mariza Alves**, ID 3424650, Datilógrafa, como Secretária.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de maio de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 245/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar de 18 de maio de 2011, a Portaria n.º 0716/2010, que designou o servidor DANIEL AUGUSTO FREISLEBEN DE ZANETTI, Motorista, ID n.º 3443221, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Unidade, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 1215/2011).

- a contar de 03 de maio de 2011, a Portaria n.º 1651/2009, que designou o servidor LÉO EMAR SILVEIRA DA CUNHA, Adido da Brigada Militar, ID n.º 1934236, para exercer a Função Gratificada de Assessor Militar, FG-10, deste órgão (Port. 1219/2011).

- a contar de 10 de maio de 2011, a Portaria n.º 1662/2009, que designou o servidor OSCAR DE OLIVEIRA MANZONI, Adido da Brigada Militar, ID n.º 2414368, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 1220/2011).

- a contar de 10 de maio de 2011, a Portaria n.º 2800/2009, que designou o servidor DIEGO RODRIGO DE SOUZA CALIXTO, Adido da Brigada Militar, ID n.º 2910896, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 1221/2011).

- a contar de 11 de maio de 2011, a Portaria n.º 1654/2009, que designou o servidor FERNANDO GRALHA NUNES, Adido da Brigada Militar, ID n.º 2257599, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional II, FG-07, deste órgão (Port. 1222/2011).

DESIGNAR

- a contar de 18 de maio de 2011, o servidor OTACÍLIO JOSÉ DA SILVEIRA CORRÊA, Motorista, ID n.º 3426793, para exercer a função gratificada de Coordenador de Unidade, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 1216/2011).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor LEANDRO HANUSCH, Artífice – Marcenaria e Carpintaria, ID n.º 3439968, registrada no Boletim n.º 444/2007, publicado no D.O. de 09/11/07, referente ao quinquênio de efetividade de 28/10/02 a 26/10/07, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 15/04/2011 – PR.00582.00136/2011-3 - Port. 1194/2011).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 13 de maio de 2011, a servidora ADRIANA COSTA ALGARVE, ID n.º 3449696, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 1183/2011).

PRORROGAR

- a Portaria n.º 1537/2005, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 02 de maio de 2011, que reduziu a carga horária do servidor JAIRO LEWGOY, Médico Clínico Geral, ID n.º



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 688

3436853, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 2º, da Lei n.º 7.253/79 (PR.00592.00206/2011-2 - Port. 1181/2011).

READAPTAR

- o servidor OSVALDINO CANDIA DE CANDIA, Motorista, classe "J", ID n.º 3429547, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "C", deste Órgão, nos termos dos artigos 39 a 42 da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94 (PR.00589.00965/2009-2 - Port. 1126/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS
DE ENGENHARIA**

**PROCESSO N.º 9994-09.00/09-1
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/09**

CONTRATADA: FATOR ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** acréscimo, ao objeto do ajuste, de materiais e serviços; prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 01 (um) mês, a contar de 1º de junho de 2011; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas; **VALOR TOTAL:** R\$ 7.514,87; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 57, § 1º, incisos I e IV, e 65, inciso I, a e b, e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ENGENHARIA**

**PROCESSO N.º 2295-09.00/10-0
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/10**

CONTRATADA: PINOH ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 01 (um) mês, a contar de 26 de maio de 2011; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**APOSTILA
PROCESSO N.º 3823-09.00/09-4**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o expediente de n.º 3823-09.00/09-4, para fazer constar que o preço do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 39/09, firmado com Thyssenkrupp Elevadores S/A, que tem como objeto a conservação e a assistência técnica de 01 (um) elevador da marca Thyssenkrupp, instalado no prédio do Ministério Público, situado na Rua Cel. Fernando Machado n.º 832, em Porto Alegre, será reajustado a contar de 26 de maio de 2011, aplicando-se, conforme dispõe a cláusula oitava do ajuste, a variação do IGP-M/FGV dos últimos 12 (doze) meses, de 10,60%, passando a vigorar o valor mensal de R\$ 625,82 (seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 4580-09.00/10-3
TOMADA DE PREÇOS N.º 11/10**

CONTRATADA: PORTOTEC CONSTRUTORA LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 30 (trinta) dias, a contar de 04 de maio de 2011; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, § 1º, inciso III, Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CARTA DE INTENÇÕES
PROCESSO n.º PR.00001.00966/2011-6**

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **OBJETO:** Assegurar uma maior e mais eficiente integração e aproximação entre as instituições compromissadas, com o intuito de permitir o trânsito ágil de informações e de documentos que possam promover uma reforma organizacional e técnica no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER, com melhoria dos seus serviços, na transparência e no controle dos seus procedimentos administrativos. **PRAZO:** 90 (noventa) dias a



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 688

contar da publicação. **DATA DA ASSINATURA:** 07/04/2011. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 16 de maio de 2011.

DANIEL SPERB RUBIM,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO 1421-0900/11-3**

CONTRATADA: FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP; **OBJETO:** prestação de serviços visando sejam ministrados os seguintes projetos educacionais: “Atualização do Processo Penal” e “Alterações do Código de Penal”; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.804,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 17/05/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.23817**

CONTRATADA: EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A; **OBJETO:** aquisição de 01 (uma) assinatura anual do jornal Folha de São Paulo para o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.077,40; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 13 de maio de 2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.23875**

CONTRATADA: PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.; **OBJETO:** contratação emergencial (60 dias) de serviços de vigilância para a Promotoria de Justiça de Osório; **VALOR TOTAL:** R\$ 13.622,30; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.37/3702; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inc. IV, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 11 de maio de 2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
PROCESSO N.º 2933-09.00/07-0**

LOCADOR: ADEMIR JOSE BISSOTTO e NEIVA MARIA BISSOTTO; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 23 de maio de 2011, do prazo de locação do imóvel situado na Av. Presidente Vargas, n.º 1055, 2º piso, em Ronda Alta/RS; e reajuste do valor da locação, de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M, de 10,60%, resultando, assim, na quantia mensal de R\$ 652,20; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusula segunda e terceira, parágrafo primeiro, do contrato celebrado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 05/2011 - CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 021/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto da Promotoria de Justiça de Bagé com a finalidade de apurar possível cobrança de complemento dos usuários que utilizam o sistema de integração no transporte coletivo urbano, tendo como investigados Município de Bagé, Anversa e Cia Ltda, Stadbus Transportes Ltda..

PROMOTORIA DE BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 014/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar a qualidade da



água distribuída pela Corsan, por intermédio dos SAA's de Bento Gonçalves, Pinto Bandeira e Barracão, especialmente, os níveis de fluoreto e cloro fora do padrão, bem como níveis de turbidez e presença de coliformes totais, tendo como investigado CORSAN;

2) Inquérito Civil nº 030/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borgueduff Medeiros da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar eventuais irregularidades/ofensas a interesses transindividuais de natureza consumista (art. 6º do CDC) praticadas no âmbito do Banco BANRISUL, decorrentes da falta de informação, ou do não-recebimento, no caixa, de pagamentos de tarifas/tributos com valores inferiores a R\$ 1.000,00.

PROMOTORIA DE CACEQUI

1) Inquérito Civil nº 006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou da Promotoria de Justiça de Cacequi com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva e/ou potencial risco à saúde dos consumidores em razão de fornecimento de serviço mediante indicação ou subvenção de consulta oftalmológica por parte das ópticas, tendo como investigado Ópticas do município de Cacequi.

PROMOTORIA DE CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 091/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul com a finalidade de apurar eventuais danos aos consumidores, alunos da graduação sênior, em virtude da redução do desconto de 50% oferecido pela UCS, tendo como investigado Universidade de Caxias do Sul;

2) Inquérito Civil nº 092/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul com a finalidade de apurar supostas irregularidades aos consumidores, decorrentes do não pagamento de sessões de fisioterapia pelo plano de saúde Fátima, tendo como investigado Pro Salute Serviços Para Saude Ltda.;

3) Inquérito Civil nº 094/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul com a finalidade de apurar possíveis danos aos consumidores, decorrentes da rescisão, por parte do investigado, dos contratos de plano de saúde coletivos firmados com os reclamantes, com base na Resolução Normativa 19-5/09 da ANS, tendo como investigado Pro Salute Serviços de Saude Ltda. - Plano Fatima.

PROMOTORIA DE CERRO LARGO

1) Inquérito Civil nº 004/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira da Promotoria de Justiça de Cerro Largo com a finalidade de apurar eventuais problemas no fornecimento de energia elétrica na área rural do Município de Ubiretama, RS, tendo como investigada a concessionária de energia elétrica Rio Grande Energia – RGE.

PROMOTORIA DE ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 070/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano da Promotoria de Justiça de Erechim com a finalidade de apurar suposta lesão ou perigo de lesão aos direitos do consumidor e à saúde pública

decorrente do armazenamento irregular de gêneros alimentícios, tendo como investigado Padaria e Confeitaria Mania dos Pães Ltda..

PROMOTORIA DE GRAVATAÍ

1) Inquérito Civil nº 037/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini da Promotoria de Justiça de Gravataí com a finalidade de apurar possível violação às normas de vigilâncias sanitárias no comércio e armazenamento de aves, tendo como investigada Michele Florence Carletto.

PROMOTORIA DE IJUÍ

1) Inquérito Civil nº 021/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto da Promotoria de Justiça de Ijuí com a finalidade de apurar eventual lesão aos interesses dos consumidores consubstanciada no desrespeito aos ditames da Lei Municipal n.º 3.542/1999, que prevê o prazo máximo de 30 minutos de espera para atendimento em estabelecimentos bancários, tendo como investigado Banco do Estado do Rio Grande do Sul;

2) Inquérito Civil nº 019/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto da Promotoria de Justiça de Ijuí com a finalidade de apurar a adequação do funcionamento do PROCON Municipal de Ijuí, no que diz respeito à proteção dos interesses do Consumidor no Município.

PROMOTORIA DE NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 048/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo com a finalidade de apurar suposto descumprimento das leis que proíbem o uso de cigarros e afins em recinto coletivo, tendo como investigado Abbey Road Bar.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 121/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigada Excelsior Alimentos S.A.;

2) Inquérito Civil nº 123/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigada Sadia S.A.;

3) Inquérito Civil nº 125/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta irregularidade na rotulagem de produto alimentício, tendo como investigado Kunzler Filho e Cia Ltda.;

4) Inquérito Civil nº 125/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização de produto com vício de qualidade, tendo como investigado Kunzler Filho e Cia Ltda.;

5) Inquérito Civil nº 126/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível descumprimento



de oferta, tendo como investigada VPM – Você Pelo Mundo;

6) Inquérito Civil nº 127/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva relativa ao bloqueio de margem em cartão de crédito sequer solicitado, tendo como investigado Banco do Brasil;

7) Inquérito Civil nº 130/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização de biodiesel com vício de qualidade, tendo como investigado Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto;

8) Inquérito Civil nº 131/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência na prestação de serviços de transporte coletivo - Linha Parque da Matriz de Cachoeirinha, tendo como investigada Transcal;

9) Inquérito Civil nº 132/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta deficiência na prestação de serviços de transporte coletivo na linha 6711, sentido bairro-centro, tendo como investigadas Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC e Consórcio União da Bacia Urbana Sudeste Leste – UNIBUS;

10) Inquérito Civil nº 133/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva, consistente em coações para adesão a novos planos e deficiência na prestação de serviço ao não repassar o pagamento dos benefícios de previdência complementar, tendo como investigados Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF) e Banco da Amazônia S.A. (BASA);

11) Peça de Informação nº 134/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível vício de qualidade no produto barra de cereal Nutry, tendo como investigada Nutritional S.A. Indústria e Comércio de Alimentos;

12) Inquérito Civil nº 136/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta oferta enganosa em site de compras coletivas, tendo como investigado Centro de Bem Estar Mon't Serrat;

13) Inquérito Civil nº 137/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado www.groupon.com.br (Groupon Serviços Digitais Ltda.);

14) Inquérito Civil nº 138/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos em site de compras coletivas, tendo como investigado Up Digital Mídia Ltda. (www.cidadeavenda.com.br);

15) Inquérito Civil nº 139/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado o site www.comprado.com.br;

16) Inquérito Civil nº 140/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado www.qarimpocoletivo.com.br;

17) Inquérito Civil nº 141/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos em site de compras coletivas, tendo como investigada Facoool Serviços de Informação Digital Ltda. (www.clubedabarbada.com.br);

18) Inquérito Civil nº 142/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado www.grupofertas.com.br (Horus Network Marketing Ltda.);

19) Inquérito Civil nº 143/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos em site de compras coletivas, tendo como investigada Valonia Serviços de Intermediação e Participações Ltda. (www.clickon.com.br);

20) Inquérito Civil nº 144/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado o site www.paqueoff.com;

21) Inquérito Civil nº 145/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos em site de compras coletivas, tendo como investigada Tênis Online Ltda. (www.triofertas.com.br);

22) Inquérito Civil nº 146/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado www.descontoativo.com.br – Ativar Consultoria Ltda.;

23) Inquérito Civil nº 147/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado o site www.tanamaodescontos.com.br (Ta Na Mão Comércio De Serviços Publicitários Ltda.);



24) Inquérito Civil nº 148/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos oferecidos em sites de compras coletivas, tendo como investigado www.maxdesconto.com.br (Compras Coletivas Intermediação de Negócios Ltda.);

25) Inquérito Civil nº 149/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos em site de compras coletivas, tendo como investigada Essa Eu Compro Comércio de Mercadorias e Serviços Via Internet Ltda. (www.essaeucompro.com.br);

26) Inquérito Civil nº 150/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível oferta e publicidade enganosa de serviços odontológicos em site de compras coletivas, tendo como investigada NOLX - Serviços de Intermediação na Internet, Intermediação e Consultoria em Publicidade Ltda. (www.odontofertas.com);

27) Peça de Informação nº 151/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar supostas práticas comerciais abusivas em contrato de financiamento;

28) Inquérito Civil nº 152/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual funcionamento irregular de estabelecimento comercial, tendo como investigado Colher de Pau;

29) Inquérito Civil nº 242/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre reatua o presente Inquérito Civil a fim de adicionar o nome do investigado: One Brasil Mídia Interativa S/A;

30) Inquérito Civil nº 308/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível informação duvidosa no rótulo do produto Grunch Cereal, em relação às quantidades de ferro e cálcio e a necessidades diárias que são supridas, tendo como investigada a Nestlé Brasil Ltda..

PROMOTORIA DE RESTINGA SÊCA

1) Inquérito Civil nº 004/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca com a finalidade de apurar a regularidade na comercialização de produtos fabricados pela empresa de abate de aves Simone M. Cantarelli, localizada em São Miguel;

2) Inquérito Civil nº 006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca com a finalidade de apurar suposta denúncia anônima sobre vendas a prazo a pessoas de baixa renda pelo Sr. João Batista Turba, proprietário da loja comercial Casa Vitória, mediante a retenção indevida de cartões do Bolsa-

Família para saque do valor do benefício na data do vencimento, como garantia do pagamento das prestações;

3) Peça de Informação nº 007/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca com a finalidade de apurar eventual dano ambiental e irregularidade do transporte de veículos realizados pela barca de Astor Krug, que, em tese, estaria funcionando sem licença de autorização, sem o fornecimento de nota fiscal de prestação de serviço e sem os devidos equipamentos de segurança.

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

1) Peça de Informação nº 029/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar eventual comércio varejista de produtos ópticos falsificados, tendo como investigado Município do Rio Grande;

2) Peça de Informação nº 033/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar suposta divergência entre o preço cobrado no caixa e o apresentado nas prateleiras, tendo como investigado Supermercado Nacional;

3) Peça de Informação nº 036/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar possível composição irregular de pão integral, tendo como investigado Supermercado Nacional;

4) Peça de Informação nº 042/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor decorrente da vinculação do serviço de ótica com atendimento oftalmológico, tendo como investigado Ótica Max;

5) Peça de Informação nº 047/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar supostas irregularidades na qualidade da água fornecida ao município do Rio Grande, tendo como investigado CORSAN.

PROMOTORIA DE SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 026/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul com a finalidade de apurar possível transporte ou comercialização de produtos de origem animal (costela defumada de suíno) sem inspeção sanitária oficial, tendo como investigada Mônica Luiza Engel;

2) Inquérito Civil nº 027/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul com a finalidade de apurar suposto transporte ou comercialização de produtos de origem animal (leite) sem inspeção sanitária oficial, tendo como investigado Hilário Alo- nio Fischer;

3) Inquérito Civil nº 028/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul com a finalidade de apurar eventual transporte ou



comercialização de produtos de origem animal (leite) sem inspeção sanitária oficial, tendo como investigado Roque Kroth.

PROMOTORIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO

1) Inquérito Civil nº 016/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento com a finalidade de apurar possível regularidade da cobrança e aplicação da denominada taxa de manutenção dos serviços de retransmissão dos sinais de televisão, haja vista representação encaminhada pelos Vereadores Luis Cláudio Brum Coronel e Dagberto Cezarino dos Reis, tendo como investigado Município de Sant'Ana do Livramento;

2) Inquérito Civil nº 022/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento com a finalidade de apurar suposta fabricação, em condições impróprias, de charque e embutidos não apresentando as necessárias condições de higiene e armazenamento adequado de matéria-prima, tendo como investigado Sr. Juan Soares Yamurri.

PROMOTORIA DE SANTO AUGUSTO

1) Inquérito Civil nº 008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto com a finalidade de apurar possível ausência ou deficiência de fornecimento de água potável na Localidade de Lajeado do Meio, tendo como investigado Município de São Martinho.

PROMOTORIA DE SÃO BORJA

1) Inquérito Civil nº 005/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains da Promotoria de Justiça de São Borja com a finalidade de apurar supostas informações sobre os serviços prestados pelo estabelecimento assinalado, com especial enfoque nas reclamações mais frequentes que aportam na Curadoria de Defesa dos Direitos do Consumidor, quais sejam, o desrespeito às filas preferenciais (gestantes, idosos e portadores de necessidades especiais), a falta de carrinhos para atender aos clientes, falta de empacotadores, demora no atendimento, entre outros, tendo como investigado Supermercados do Brasil S.A.

PROMOTORIA DE SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 043/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias da Promotoria de Justiça de São Leopoldo com a finalidade de apurar possível desrespeito ao art. 43 do CDC pelo SPC de São Leopoldo.

PROMOTORIA DE SEBERI

1) Inquérito Civil nº 015/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander da Promotoria de Justiça de Seberi com a finalidade de apurar suposta infração às normas sanitárias, tendo por investigado Supermercado Bottene.

PROMOTORIA DE SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 012/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros da Promotoria de Justiça de Soledade com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na comercialização de combustível de marcas diversas da constante na bandeiras, tendo como investigado Erony F. Gradashi Junior.

PROMOTORIA DE VENÂNCIO AIRES

1) Inquérito Civil nº 011/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires com a finalidade de apurar possíveis irregularidades/falhas administrativas na fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), de responsabilidade do Município de Venâncio Aires, e possíveis irregularidades/omissões, de autoria do Matadouro/Frigorífico Orlando dos Santos & Filhos Ltda. (Casa de Carnes Breunig), decorrentes da desobediência às disposições legais referentes à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e falta de implementação das exigências técnicas, condições higiênico-sanitárias e ambientais para o abate de animais (processo produtivo, equipamentos e instalações prediais);

2) Inquérito Civil nº 012/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires com a finalidade de apurar supostas irregularidades/falhas administrativas na fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), de responsabilidade do Município de Venâncio Aires, e possíveis irregularidades/omissões, de autoria do Matadouro/Frigorífico Albano Eggers, decorrentes da desobediência às disposições legais referentes à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e falta de implementação das exigências técnicas, condições higiênico-sanitárias e ambientais para o abate de animais (processo produtivo, equipamentos e instalações prediais);

3) Inquérito Civil nº 013/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires com a finalidade de apurar possíveis irregularidades/falhas administrativas na fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), de responsabilidade do Município de Venâncio Aires, e possíveis irregularidades/omissões, de autoria do Abatedouro Bergenthal Ltda., decorrentes da desobediência às disposições legais referentes à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e falta de implementação das exigências técnicas, condições higiênico-sanitárias e ambientais para o abate de animais (processo produtivo, equipamentos e instalações prediais);

4) Inquérito Civil nº 014/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires com a finalidade de apurar eventuais irregularidades/falhas administrativas na fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), de responsabilidade do Município de Venâncio Aires, e possíveis irregularidades/omissões, de autoria de Rogério Sebastião Goethel (Matadouro de Aves e Pequenos Animais), decorrentes da desobediência às disposições legais referentes à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e falta de implementação das exigências técnicas, condições higiênico-sanitárias e ambientais para o abate de animais (processo produtivo, equipamentos e instalações prediais);

5) Inquérito Civil nº 015/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires com a finalidade de apurar supostas irregularidades/falhas administrativas na fiscalização do Serviço de



Inspeção Municipal (SIM), de responsabilidade do Município de Venâncio Aires, e possíveis irregularidades/omissões, de autoria do Matadouro/Frigorífico Cristiano J. Simon & Cia Ltda., decorrentes da desobediência às disposições legais referentes à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e falta de implementação das exigências técnicas, condições higiênico-sanitárias e ambientais para o abate de animais (processo produtivo, equipamentos e instalações prediais);

6) Inquérito Civil nº 016/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires com a finalidade de apurar possíveis irregularidades/falhas administrativas na fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), de responsabilidade do Município de Venâncio Aires, e possíveis irregularidades/omissões, de autoria do Frigorífico Freese Ltda. (Freese Casa de Carnes), decorrentes da desobediência às disposições legais referentes à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e falta de implementação das exigências técnicas, condições higiênico-sanitárias e ambientais para o abate de animais (processo produtivo, equipamentos e instalações prediais).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de maio de 2011.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 030/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00810.00008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, com a finalidade de apurar eventual omissão de Autarquia e da Administração Pública em face das condições de trafegabilidade e da falta de sinalização na obra de pavimentação de Rodovia, gerando com isso potencial risco de danos ao patrimônio público e acidentes envolvendo veículos e pedestres, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00935.00005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcel Tisser Piterman, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar irregularidade em edital de concorrência, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00829.00121/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, com a finalidade de apurar irregularidades em aquisição de prédio por Fundação, com prévia realização de reformas sem licitação, em município.

4) Inquérito Civil, nº 00829.00109/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, com a finalidade de apurar irregularidades em fiscalização de rodovias integrantes de Programa Estadual, em município.

5) Inquérito Civil, nº 01233.00007/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de Ivoti, com a finalidade de apurar improbidade administrativa em obra pública de município.

6) Inquérito Civil, nº 00788.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar eventual prática de improbidade administrativa por município na contratação de prestação de serviços de transporte escolar, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00864.00054/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possível prática de plágio nas questões de conhecimentos específicos em concurso público, em município.

8) Inquérito Civil, nº 00770.00010/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, com a finalidade de investigar a concessão de incentivo industrial a empresa, apontada pelo TCE/RS como em desacordo com lei, em município.

9) Inquérito Civil, nº 00858.00023/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'Ana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos quanto à regularidade do procedimento adotado por município na realização de terraplanagem, com remoção de materiais, em imóvel particular, recebendo, em contrapartida, os recursos minerais respectivos para a utilização em obras públicas, em município.

10) Inquérito Civil, nº 00790.00008/2011, instaurado pela Promotora de Justiça substituta Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar possível violação ao art. 54, inciso II, alínea "c", c/c art. 29, inciso IX, todos da Constituição Federal, por funcionário público de cargo eletivo, em município.

11) Inquérito Civil, nº 00735.00006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Campo Novo, com a finalidade de possíveis práticas de improbidade administrativa, em tese cometida por funcionário público de cargo eletivo, na compra e venda de área urbana localizada em cidade, a ser destinada às habitações enquadradas no "Programa Minha Casa Minha Vida", em município.

12) Inquérito Civil, nº 00879.00002/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de apurar em todos os seus pormenores, a legalidade de campanha publicitária patrocinada por município, sob ótica da Improbidade Administrativa de servidores públicos de cargo eletivo, em município.

13) Inquérito Civil, nº 00864.00057/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promo-



toria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar reformas no Centro Desportivo Municipal, em município.

14) Inquérito Civil, nº 00864.00058/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar uso de equipamentos para bronzamento artificial, em município.

15) Inquérito Civil, nº 00732.00028/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de atos de improbidade administrativa, por servidora pública, no exercício de sua função, em município.

16) Inquérito Civil, nº 00788.00003/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa por servidor público de cargo eletivo, decorrente da contratação de empresa particular, conforme Edital de Tomada de Licitação nº 88/2010, em município.

17) Inquérito Civil, nº 00864.00059/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar se o Poder Público pode exigir carta de garantia do fabricante e se as especificações implicam em direcionamento da licitação, em município.

18) Inquérito Civil, nº 00723.00016/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça substituto Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades administrativas e/ou atos ímprobos decorrentes da contratação de profissionais para atuação em Secretaria Municipal e Instituto de Planejamento Urbano, com a finalidade de favorecimento de empreendimentos privados em desacordo com a legislação, além de inércia/omissão da atuação fiscalizatória, no ano de 2011, em município.

19) Inquérito Civil, nº 00723.00017/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça substituto Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades administrativas e/ou atos ímprobos decorrentes da celebração de Termos de Ajustamento de Condutas – TAC's no âmbito da Secretaria Municipal, com a finalidade de favorecimento de empreendimentos privados em desacordo com a legislação, além de inércia/omissão da atuação fiscalizatória, nos anos de 2010 e 2011, em município.

20) Inquérito Civil, nº 00773.00010/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, com a finalidade de apurar falta de informação sobre cobrança de taxa bancária por Cartório de Registros Públicos, em município.

21) Inquérito Civil, nº 00773.00011/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Pro-

motoria de Justiça de Feliz, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em compra de equipamentos para a Câmara Municipal.

22) Inquérito Civil, nº 00815.00011/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar atos de Improbidade Administrativa – superfaturamento do material de limpeza da Escola Estadual, em município.

23) Inquérito Civil, nº 00794.00025/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de apurar possível irregularidade na gestão de pessoal do DEMEI, consistente no provimento de cargos em comissão destinados ao atendimento de necessidades administrativas incompatíveis com os ditames do art. 37, inciso V, da Constituição da República, bem como no pagamento de horas extraordinárias sem observância das limitações legais e constitucionais para tanto, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de maio de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ERRATA

No aviso 33/11, Boletim nº 235/11, publicado no DEMP em 17/05/2011, onde se leu, "**RELATORA: CONSELHEIRA DENISE MARIA NETTO DUARTE**", leia-se "**RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ FELIPE BRACK**" e onde se leu, "**RELATOR: CONSELHEIRO DANIEL SPERB RUBIN**", leia-se, "**RELATORA: CONSELHEIRA ELAINE FAYET LORENZON SCHALY**".

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

ERRATA

No aviso 36/11, Boletim nº 238/11, publicado no DEMP em 17/05/2011, onde se leu, "**RELATOR: CONSELHEIRO DANIEL SPERB RUBIN**", leia-se "**RELATORA: CONSELHEIRA ELAINE FAYET LORENZON SCHALY**".

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 688

ERRATA

No aviso 38/11, Boletim nº 240/11, publicado no DEMP em 17/05/2011, onde se leu, “**RELATOR: CONSELHEIRO DANIEL SPERB RUBIN**”, leia-se “**RELATORA: CONSELHEIRA ELAINE FAYET LORENZON SCHALY**”.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de maio de 2011.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.